

# SUMÁRIO

## GOVERNO DE MACAU

### Decreto-Lei n.º 54/93/M:

Altera os artigos 56.º, 84.º, 85.º, 87.º, 142.º e 204.º do Código do Notariado.

### Portaria n.º 271/93/M:

Autoriza a celebração de um contrato para o fornecimento de um sistema automatizado de identificação de impressões digitais à Directoria da Polícia Judiciária.

### Portaria n.º 272/93/M:

Aprova a organização científico-pedagógica e o plano de estudos do curso de licenciatura em Tradução e Interpretação (Português-Chinês) da Universidade de Macau.

### Portaria n.º 273/93/M:

Aprova o regulamento de utilização e exploração do auto-silo Portas do Cerco.

### Assembleia Legislativa:

Rectificação.

### Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude

Despacho n.º 21/SAAEJ/93, que dá nova redacção ao anexo do Despacho n.º 16/SAAEJ/91, de 12 de Setembro, que criou o Curso Diurno Secundário em Regime Especial, na Escola Comercial «Pedro Nolasco».

## 澳門政府

第五四／九三／M號法令：

修訂公證法典第五十六、八十四、八十五、八十七、一百四十二及二百零四條各條文

第二七一／九三／M號訓令：

核准簽訂為司法警察司提供一套自動化指模識別系統合約

第二七二／九三／M號訓令：

通過澳門大學(葡—中)編譯及傳譯學士學位課程之學術與教學的組織及學習計劃

第二七三／九三／M號訓令：

核准關閘多層停車場的使用及經營規章

## 立法會

修正書一件

## 行政教育暨青年事務政務司辦公室

第二一／SAAEJ／九三號

批示：

重新編寫九月十二日第一六／SAAEJ／九一號批示附件關於設立「商業學校」特別制度中學日間課程

# GOVERNO DE MACAU

## Decreto-Lei n.º 54/93/M

de 4 de Outubro

Mostra-se necessário proceder a uma simplificação do formalismo burocrático imposto pelo Código do Notariado que, sem prejuízo do rigor e da certeza que devem caracterizar os actos notariais, dê resposta às exigências de celeridade decorrentes do ritmo de desenvolvimento económico do Território e às dificuldades resultantes do conseqüente acréscimo de movimento dos cartórios notariais.

No presente decreto-lei são tomadas algumas medidas pontuais nesse sentido, visando a resolução imediata de problemas mais prementes, ainda antes da publicação do diploma de revisão do Código do Notariado que se espera vir a ser feita a curto prazo. Tais medidas contemplam fundamentalmente as regras a observar na escrita dos actos, a rectificação das omissões verificadas nas escrituras e os mecanismos de sanção e de revalidação judicial dos actos notariais afectados de nulidades, de acordo com soluções que parecem as mais adequadas às circunstâncias.

Nestes termos;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Governador decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

### Artigo 1.º

#### (Alterações ao Código do Notariado)

Os artigos 56.º, 84.º, 85.º, 87.º, 142.º e 204.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 619, de 31 de Março de 1967, e publicado no suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 52, de 30 de Dezembro de 1967, passam a ter a seguinte redacção:

### Artigo 56.º

#### (Regras a observar na escrita dos actos)

1. Os actos notariais são escritos com os dizeres por extenso, salvo no que respeita às palavras usadas como fórmulas de tratamento ou cortesia, ou para designar títulos académicos.

2. Nos instrumentos de protesto, nas certidões de teor, nas públicas-formas e traduções, a transcrição dos títulos e dos originais é feita com as abreviaturas e algarismos que neles existirem.

3. É permitido o uso de algarismos e abreviaturas nos termos de abertura de sinal, nos reconhecimentos, averbamentos, extractos, registos e contas, nas indicações dos números de polícia dos prédios, das inscrições matriciais e das descrições e inscrições prediais, na numeração de artigos e parágrafos de actos redigidos por forma articulada, na numeração das folhas dos livros ou dos documentos, na referência de diplomas legais, de documentos apresen-

tados ou exibidos e da residência e naturalidade dos respectivos intervenientes.

4. Os instrumentos, certificados, certidões e outros documentos análogos, e bem assim os termos de autenticação, são lavrados sem espaços em branco; se alguma linha do acto não for inteiramente ocupada pelo texto, deve o espaço em branco ser inutilizado por qualquer meio que impeça a escrita posterior à assinatura dos documentos.

### Artigo 84.º

#### (Casos de nulidade por vício de forma)

1. O acto notarial é nulo, por vício de forma, apenas quando falte algum dos seguintes requisitos:

a) A menção do dia, mês e ano ou do lugar em que foi lavrado;

b) A declaração do cumprimento das formalidades previstas nos artigos 79.º e 80.º;

c) A observância do disposto na primeira parte do n.º 2 do artigo 57.º;

d) A assinatura de qualquer intérprete, perito, leitor, abonador ou testemunha;

e) A assinatura de qualquer dos outorgantes que saiba e possa assinar;

f) A assinatura do notário.

2. As nulidades decorrentes da inobservância dos requisitos referidos nas alíneas a), b), d) e e) do número anterior consideram-se sanadas, respectivamente, se:

a) Pelo texto do instrumento ou pelos elementos existentes no cartório, for possível determinar a data ou o lugar da celebração do acto;

b) As partes declararem por forma autêntica que foram cumpridas as formalidades previstas nos artigos 79.º e 80.º;

c) Os intervenientes acidentais, cujas assinaturas faltem, se encontrarem devidamente identificados no acto e declararem, por forma autêntica, que assistiram à sua leitura, explicação e outorga e que não se recusaram a assiná-lo;

d) Os outorgantes, cujas assinaturas faltem, declararem, por forma autêntica, que estiveram presentes à leitura e explicação do acto, que este representa a sua vontade e que não se recusaram a assiná-lo.

### Artigo 85.º

#### (Outros casos de nulidade)

1. É nulo o acto lavrado por notário ou funcionário incompetente em razão da matéria ou por notário ou funcionário legalmente impedido, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 369.º do Código Civil.

2. Determina também a nulidade do acto a incapacidade ou a inabilidade de algum dos intervenientes acidentais.

3. O acto nulo por falta do requisito previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior ou por incapacidade ou inabilidade de algum interveniente accidental pode ser sanado, por despacho do director dos Serviços de Justiça, ouvido o Conselho dos Registos e do Notariado, nas seguintes situações:

a) Quando as partes declararem, por forma autêntica, que as palavras inutilizadas, quaisquer que elas fossem, não podiam alterar os elementos essenciais ou o conteúdo substancial do acto;

b) Quando o vício se referir apenas a um dos abonadores ou a uma das testemunhas e se possa considerar suprido pela idoneidade do outro interveniente.

#### Artigo 87.º

##### (Casos de revalidação)

O acto nulo por falta de qualquer dos requisitos previstos nas alíneas b) a f) do n.º 1 do artigo 84.º, quando não susceptível de sanção, pode ser judicialmente revalidado, respectivamente, quando:

a) Se prove que foram cumpridas as formalidades devidas;

b) Se mostre que as palavras eliminadas, quaisquer que elas fossem, não podiam alterar os elementos essenciais ou o conteúdo substancial do acto;

c) Se prove que os intervenientes accidentais, cujas assinaturas faltem, assistiram à sua leitura, explicação e outorga e não se recusaram a assiná-lo;

d) Se prove que os outorgantes cujas assinaturas estejam em falta assistiram à leitura e explicação do acto, concordaram com ele e não se recusaram a assiná-lo;

e) Se prove que o acto não assinado pelo notário é conforme à lei, representa fielmente a vontade das partes e foi presidido pelo notário, que não se recusou a assiná-lo.

#### Artigo 142.º

##### (Factos a averbar)

1. São averbados no instrumento a que respeitem:

a) O falecimento do testador e do doador;

b) A exibição da certidão de óbito do testador, no caso a que se refere a segunda parte do n.º 2 do artigo 123.º;

c) Os actos notariais de transmissão de direitos de crédito e de direitos sociais, de dissolução ou liquidação de sociedades;

d) Os instrumentos de revogação e de renúncia de procuração;

e) As publicações e comunicações previstas nos artigos 98.º, 108.º e 109.º;

f) As decisões judiciais de declaração de nulidade e de revalidação de actos notariais, as decisões proferidas nas

acções a que se referem os artigos 98.º e 109.º e a menção de ter sido sanado qualquer vício de que o acto enfermasse;

g) A restituição de testamento depositado;

h) Os actos notariais que envolvam aceitação, ratificação, rectificação ou revogação de acto anterior.

2. O averbamento do falecimento do doador só se realiza no caso de a doação haver sido feita com encargos a favor da alma ou de interesse público que devam ser cumpridos após a morte do doador.

3. As omissões e inexactidões verificadas nas escrituras, devidas a erro comprovado documentalmente ou que resulte inequivocamente do contexto do acto, podem ser rectificadas a todo o tempo, por meio de averbamento, quando respeitarem:

a) À indicação dos números das descrições e inscrições prediais e das conservatórias a que se referem;

b) À indicação dos artigos da matriz e do valor fiscal dos bens;

c) À indicação dos números de polfícia ou da via pública dos prédios;

d) A erro na menção da data ou do lugar da celebração do acto;

e) A erros devidos a meros lapsos de escrita ou de romanização de nomes;

f) A outros elementos de identificação dos intervenientes ou do seu regime de bens;

g) Às menções e advertências obrigatórias, impostas por lei.

4. Os interessados devem comprovar que foi paga a diferença de sisa, se esta for devida, e, tratando-se de rectificação que envolva aumento de valor do acto, é feita nova conta, para pagamento dos emolumentos e selo correspondentes ao acréscimo verificado.

5. No caso da alínea g) do n.º 3, havendo omissão da menção do contrato de concessão por arrendamento, da aceitação das respectivas cláusulas pelos transmissários, da advertência a estes do disposto no n.º 3 do artigo 155.º da Lei de Terras, omissão da existência de foro e de outras menções ou advertências igualmente impostas por lei, o averbamento é efectuado com base em documento autenticado em que devem intervir apenas os outorgantes directamente interessados no acto a rectificar.

6. As omissões ou inexactidões relativas ao cumprimento de normas fiscais cuja verificação cabe ao notário podem, face ao conteúdo do acto, ser por aquele corrigidas oficiosamente, mediante averbamento.

7. Nos actos lavrados em livros de notas, em que tenha sido omitida a menção de documentos arquivados, pode a falta ser suprida pela respectiva menção, feita por averbamento.

8. Os averbamentos a que se refere o n.º 3, tratando-se de escrituras exaradas em livros transferidos para o Arquivo

Histórico de Macau, podem ser exarados em certidão de teor ou fotocópia da escritura, arquivada a pedido dos interessados.

9. Os averbamentos previstos nos n.ºs 3, 5, 6 e 7 devem ser assinados pelo próprio notário.

#### Artigo 204.º

##### (Emolumentos e despesas)

1. Por todos os actos notariais são cobrados os emolumentos constantes da respectiva tabela, salvo os casos de gratuidade, redução ou isenção previstos na lei.

2. Aos encargos previstos no número anterior acrescem as despesas de correio e, quanto aos actos realizados fora dos cartórios notariais, as despesas efectuadas com o transporte dos funcionários.

3. A rectificação de actos devida a erros não imputáveis às partes está isenta de quaisquer encargos.

#### Artigo 2.º

##### (Entrada em vigor)

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 29 de Setembro de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

法 令 第五四／九三／M 號 十月四日

鑑於有需要對《公證法典》規定之行政手續進行簡化，而此項簡化應在不影響公證行為之嚴緊性及確實性之情況下，回應本地區經濟發展規律之速度要求，以及因公證署之工作量不斷增加而引致之困難。

為此目的，在本法令內採取了一些針對性措施，以便在修正《公證法典》之法規公佈前，得即時解決較緊急之問題，而期望該法規可在短期內得以公佈。此等措施之主要目的，係根據較為適合現況之解決辦法，建立一些在書寫公證行為時須遵守之規則、對在公證書內發現之遺漏作出更正，以及訂定無效之公證行為之補正方法及以司法方式使其重新有效之方法。

基於此；

經聽取諮詢會意見後；

總督行使《澳門組織章程》第十三條第一款之規定，命令制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：

#### 第一條 《公證法典》之修改

公佈於一九六七年十二月三十日第五二號《政府公報》副刊之一九六七年三月三十一日第四七六一九號法令所通過之《公證法典》第五十六條、第八十四條、第八十五條、第八十七條、第一百四十二條及第二百零四條之條文修改如下：

#### 第五十六條 《書寫公證行為時須遵守之規則》

一、書寫公證行為須以全寫之方式為之，但有關稱呼、尊稱或學銜之詞語，不在此限。

二、將憑證或原本轉錄於拒絕證書、內容證明、認證繕本及翻譯文本時，應連同其內載有之簡寫及數目字為之。

三、如為筆跡開立之書錄、認定書、附註、摘錄、紀錄、帳目、樓宇編號之指定、房地產記錄、房地產之標示及登錄、以分條縷述方式書寫之行為之條及款之編號、簿冊或文件之頁數之編號以及法規、所呈交或出示之文件及有關參與人之居所及國籍之引述，得使用數目字及簡寫。

四、在書寫文書、證明書、證明及其他同類文件以及認證書時，不應留有空白；如行為之行數未被文本完全占用，應以任何方法使空白部分失效用，以防止在簽署文件後，在其上書寫。

#### 第八十四條 《因形式上之瑕疵而無效之情況》

一、公證行為僅在缺乏下列任一項要件時，方因形式上之瑕疵而無效：

- a) 成立行為之年、月、日或地方之載明；
- b) 對履行第七十九條及第八十條規定之手續之聲明；
- c) 對第五十七條第二款第一部分規定之遵守；
- d) 任何翻譯、鑑定人、宣讀員、證明人或證人之簽名；
- e) 任何懂得及得簽名之簽署人之簽名；
- f) 公證員之簽名。

二、因不符合上款 a、b、d 及 e 項所指要件而引致之無效，得分別在下列情況下視為被補正：

- a) 透過文書之內容或公證署內之資料，得確定行為完成之日期或地方者；
- b) 當事人以公信方式聲明已履行第七十九條及第八十條規定之手續者；

- c) 在缺乏偶然性參與人之簽名時，如該人在行爲內已被適當認別，並以公信方式聲明在宣讀、解釋及簽署行爲時在場，且聲明無拒絕在行爲上簽名者；
- d) 在缺乏簽署人之簽名時，簽署人以公信方式聲明在宣讀及解釋行爲時在場、該行爲反映其本人之意思，以及聲明無拒絕在行爲上簽名者。

#### 第八十五條 (其他無效之情況)

一、在有關事宜方面無權限之公證員或公務員書寫之行爲，或法律規定因故不能視事之公證員或公務員書寫之行爲，均屬無效，但不影響《民法典》第三百六十九條第二款之規定。

二、任一偶然性參與人無能力或無能，亦導致有關行爲無效。

三、因缺乏上條第一款 c 項規定之要件或因任一偶然性參與人無能力或無能而導致無效之行爲，得在下列情況下，由司法事務司在聽取登記暨公證委員會意見後所作之批示而補正：

- a) 當事人以公信方式聲明，任何已失效之詞語並不更改行爲之主要成分或實質內容者；
- b) 瑕疵僅涉及一名證明人或一名證人，且瑕疵得以其他參與人之品德作彌補者。

#### 第八十七條 (重新有效之情況)

因缺乏第八十四條第一款 b 項至 f 項規定之任一要件而無效之行爲，在不可能補正時，得以司法方式使之重新有效：

- a) 如證明已履行應辦理之手續；
- b) 如證明任何已被刪除之詞語並不更改行爲之主要成分及實質內容；
- c) 如證明在行爲上無簽名之偶然性參與人在宣讀、解釋及簽署行爲時在場，且無拒絕在行爲上簽名；
- d) 如證明在行爲上無簽名之簽署人在宣讀及解釋行爲時在場，並同意作出該行爲且無拒絕在行爲上簽名；
- e) 如證明未經公證員簽名之行爲係符合法律規定，且忠於當事人之意思及由無拒絕在行爲上簽名之公證員主持。

#### 第一百四十二條 (須作附註之事實)

一、有關下列之事實須在文件內作附註：

- a) 遺囑人及贈與人之死亡；

- b) 在第一百二十三條第二款第二部分所指之情況下，遺囑人死亡證明之出示；
- c) 債權或公司權利之移轉之公證行爲，公司之解散或清算之公證行爲；
- d) 廢止或放棄授權之文書；
- e) 第九十八條、第一百零八條及第一百零九條所指之公佈及通知；
- f) 宣告公證行爲無效或重新有效之終局裁判、在第九十八條及第一百零九條所指訴訟內所作之裁判及補正有關行爲之任何瑕疵之載明；
- g) 已存遺囑之返還；
- h) 涉及接受、追認、更正或廢止以往行爲之公證行爲。

二、贈與人死亡之附註，僅在贈與附有須在贈與人死後爲其身後事或爲公共利益履行負擔之條件時，方得爲之。

三、在公證書內發現之遺漏及不正確，如爲經文件證實之錯誤所引致，或從行爲之內容明顯可見者，得隨時以附註更正之，但以涉及下列事宜爲限：

- a) 房地產標示及登錄之編號之指明及有關登記局之指明；
- b) 房地產紀錄之編號之指明及財產之稅務價值之指明；
- c) 樓宇之編號或所在公共道路之指明；
- d) 關於行爲之成立日期或地方之誤寫；
- e) 錯別字或譯音之誤寫；
- f) 參與人之其他認別資料或財產制度之其他資料；
- g) 法律規定之必須載明及警告。

四、利害關係人應證明已支付須繳之物業轉移稅差額；如屬引致行爲之價額提高之更正，須重新計算，以便支付與核算所得之增額相應之手續費及印花稅。

五、在第三款 g 項之情況下，如遺漏載明以租賃方式批地之合同、獲移轉權利之人對有關條款之接受或《土地法》第一百五十五條第三款規定對獲移轉權利之人之警告，遺漏載明地租之存在，或遺漏亦由法律規定之其他載明或警告時，則附註應以經認證之文書爲基礎而作出，該文書應僅由對須更正之登記行爲有直接利害關係之簽署人簽名。

六、對在遵守稅務規定方面之遺漏或不正確，得由監察該遵守之公證員，按行爲之內容，依職權以附註改正。

七、如在記錄簿冊內書寫之行爲遺漏載明已存檔之有關文件，該欠缺得以附註載明予以彌補。

八、如屬繕書於已轉移予澳門歷史檔案室之簿冊內之公證書，第三款所指之附註得繕書於內容證明或公證書影印本上，而該等文件應利害關係人之請求而存檔。

九、第三款、第五款、第六款及第七款所指之附註，應由公證員本人簽名。

#### 第二百零四條 (手續費及開支)

一、對所有公證行為均須徵收載於有關表內之手續費，但法律規定免收、減收或豁免者，不在此限。

二、對上款所指之負擔，須附加郵費；如公證行為非在公證署內成立時，須附加公務員之交通費。

三、因不可歸責於當事人之錯誤而須更正行為，免付任何負擔。

#### 第二條 (開始生效)

本法規自公佈之翌日開始生效。

一九九三年九月二十九日核准

命令公佈

總督 韋奇立

#### Portaria n.º 271/93/M

de 4 de Outubro

Tendo sido adjudicada à firma «Agência Comercial Wardley, Lda.», o fornecimento à Directoria da Polícia Judiciária de Macau de um sistema automatizado de identificação de impressões digitais (AFIS) e que, de acordo com as condições contratuais, o pagamento se efectuará por mais de um ano económico, torna-se necessário garantir a sua cobertura financeira.

Usando da faculdade conferida pela alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador manda:

Artigo 1.º É autorizada a celebração do contrato com a firma «Agência Comercial Wardley, Lda.», para o fornecimento de um sistema automatizado de identificação de impressões digitais, pelo montante global de MOP 15 300 000,00 (quinze milhões e trezentas mil) patacas, com o seguinte escalonamento:

1993 .....	\$ 11 475 000,00
1994 .....	\$ 3 825 000,00

Art. 2.º O encargo, referente a 1993, será suportado pela verba inscrita no capítulo 40 «Investimentos do Plano», código económico 07.10.00.00.03, acção 1.021.18.00.07, do orçamento geral do Território, para o corrente ano.

Art. 3.º O encargo, referente a 1994, será suportado pela verba correspondente, a inscrever no orçamento geral do Território desse ano.

Art. 4.º Os saldos que venham a apurar-se em cada ano, relativamente aos limites fixados no artigo 1.º da presente portaria, podem transitar para o ano económico seguinte, desde que a dotação global do organismo que suporta os encargos da acção, não sofra qualquer alteração.

Governo de Macau, aos 24 de Setembro de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

#### Portaria n.º 272/93/M

de 4 de Outubro

Criada a Universidade de Macau pelo Decreto-Lei n.º 50/91/M, de 16 de Setembro, para ela transitaram, nos termos do n.º 2 do seu artigo 8.º, os diferentes cursos superiores da Universidade da Ásia Oriental, incluindo a licenciatura em Tradução e Interpretação.

Importa, agora, aprovar a organização científico-pedagógica e o plano de estudos do referido curso.

Nestes termos;

Sob proposta da Universidade de Macau;

Usando da faculdade conferida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador manda:

Artigo único. São aprovados a organização científico-pedagógica e o plano de estudos do curso de licenciatura em Tradução e Interpretação da Universidade de Macau, constantes dos anexos I e II.

Governo de Macau, aos 24 de Setembro de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

#### ANEXO I

#### Curso de Licenciatura em Tradução e Interpretação (Português — Chinês)

#### Organização Científico-pedagógica

1. Área científica do curso — Tradução e Interpretação (Português-Chinês).
2. Duração normal do curso — Oito semestres lectivos.
3. Número total mínimo de unidades de crédito necessárias à conclusão do curso — 144.
4. Distribuição das unidades de crédito:
  - 4.1. Disciplinas obrigatórias — 132;
  - 4.2. Disciplinas optativas — 12.

## ANEXO II

**Plano de Estudo da Licenciatura  
em Tradução e Interpretação (Português-Chinês)**

Disciplinas	Tipo	Horas semanais	Créditos
<b>1.º ANO</b>			
Chinês Moderno I	Obrigatória	3	3
Chinês Moderno II	”	3	3
Inglês I	”	3	3
Inglês II	”	3	3
Macau I: História e Cultura	”	3	3
Português I	”	6	3
Português II	”	6	3
Português — Conversação I	”	6	3
Português — Conversação II	”	6	3
Prática de Computadores	”	3	3
Prática de Laboratório I	”	4	-
Prática de Laboratório II	”	4	-
Textos da Literatura Moderna e Contemporânea Chinesa I	”	3	3
Textos da Literatura Moderna e Contemporânea Chinesa II	”	3	3
<b>2.º ANO</b>			
Chinês Moderno — Composição	Obrigatória	3	3
Gramática Portuguesa I	”	6	3
Gramática Portuguesa II	”	6	3
Inglês III	”	3	3
Inglês IV	”	3	3
Linguística Comparada	”	3	3
Literatura Chinesa Clássica (prosa)	”	3	3
Macau II: Sistema Político e Económico	”	3	3
Português III	”	6	3
Português IV	”	6	3
Prática de Laboratório III	”	4	-
Prática de Laboratório IV	”	4	-
Tradução Escrita e Oral I/A: Linguagem geral	”	3	3
Tradução Escrita e Oral I/B: Linguagem geral	”	3	3
<b>3.º ANO</b>			
Administração Pública de Macau, Hong Kong e R. P. China	Obrigatória	3	3
Direito Civil	”	3	3
Gramática do Chinês Moderno	”	3	3
Novela Clássica Chinesa	”	3	3
Português Prático I	”	3	3
Português Prático II	”	3	3
Português V	”	3	3
Português VI	”	3	-
Prática de Laboratório V	”	5	-
Prática de Laboratório VI	”	5	3
Teoria e Prática de Tradução Escrita e Oral	”	3	3

Disciplinas	Tipo	Horas semanais	Créditos
Tradução Escrita e Oral II: Linguagem Jurídica	Obrigatória	3	3
Tópicos Especiais de Inglês — Capacidade auditiva	Optativa*	3	3
Introdução à Linguística Portuguesa	”	3	3
Direito Fiscal	”	3	3
Princípios e Técnica de Tradução: Inglês-Chinês	”	3	3
História Concisa das Relações da China com o Ocidente	”	3	3
História da Cultura e Arte Chinesas	”	3	3
Sistemas Políticos Comparados	”	3	3
4.º ANO			
Direito Constitucional	Obrigatória	3	3
Formulação da Política de Administração Pública	”	3	3
Português VII	”	3	3
Português VIII	”	3	3
Prática de Laboratório VII	”	0	-
Prática de Laboratório VIII	”	0	-
Textos Literários Portugueses I	”	3	3
Textos Literários Portugueses II	”	3	3
Tópicos de Literatura Clássica Chinesa	”	3	3
Tópicos de Literatura Moderna Chinesa	”	3	3
Tradução Escrita e Oral III: Linguagem Jurídica	”	3	3
Tradução Escrita e Oral IV: Linguagem Comercial e da Área de Economia	”	3	3
Tópicos de Comunicação em Chinês	Optativa*	3	3
Tópicos Especiais de Inglês: Capacidade discursiva	”	3	3
Direito Comercial	”	3	3
História de Portugal	”	3	3
Questões das Finanças Públicas de Hong Kong e Macau	”	3	3

\* O aluno deve escolher (2) duas.

訓 令 第二七二／九三／M 號 十月四日

鑑於九月十六日第五〇／九一／M號法令設立澳門大學，而同法令第八條二款規定，東亞大學的各項高等課程包括翻譯學士課程，均轉入該所大學。

現因有需要核准該課程的學術與教學編排及學習計劃。

基此：

經澳門大學建議；

總督行使澳門組織章程第十六條一款b)項所賦予的能力，著令：

獨一條 —— 核准載於附件 I 及 II 的澳門大學翻譯學士課程的學術與教學編排及學習計劃。

一九九三年九月二十四日於澳門政府

著頒行

總督 韋奇立



## 附 件 I

## 翻譯（中葡文）學士課程

## 學術與教學編排

1. 課程的學術領域——翻譯（中葡文）

2. 課程學制——八學期

3. 完成課程所需最低總學分——144

4. 學分分配：

4.1. 必修科目——132

4.2. 選修科目——12

## 附 件 II

## 翻譯（中葡文）學士課程學習計劃

科 目	形 式	每週學時	學 分
一年級			
現代中文 I	必 修	3	3
現代中文 II	必 修	3	3
英語 I	必 修	3	3
英語 II	必 修	3	3
澳門 I：歷史和文化	必 修	3	3
葡語 I	必 修	6	3
葡語 II	必 修	6	3
葡文 — 會話 I	必 修	6	3
葡文 — 會話 II	必 修	6	3
計算機實習	必 修	3	3
實驗室實習 I	必 修	4	-
實驗室實習 II	必 修	4	-
現代及近代中國文學作品 I	必 修	3	3
現代及近代中國文學作品 II	必 修	3	3
二年級			
現代中文 — 作文	必 修	3	3
葡文文法 I	必 修	6	3
葡文文法 II	必 修	6	3
英語 III	必 修	3	3
英語 IV	必 修	3	3
比較語言學	必 修	3	3
古典中國文學(散文)	必 修	3	3
澳門 II：政治和經濟體系	必 修	3	3
葡語 III	必 修	6	3
葡語 IV	必 修	6	3
實驗室實習 III	必 修	4	-
實驗室實習 IV	必 修	4	-
書面及口頭翻譯 I /A：一般語言	必 修	3	3
書面及口頭翻譯 I /B：一般語言	必 修	3	3

科 目	形 式	每週學時	學 分
三年級			
澳門、香港及中華人民共和國的公共行政	必 修	3	3
民法	必 修	3	3
現代中文文法	必 修	3	3
中國古典小說	必 修	3	3
實用葡語 I	必 修	3	3
實用葡語 II	必 修	3	3
葡語 V	必 修	3	3
葡語 VI	必 修	3	-
實驗室實習 V	必 修	5	-
實驗室實習 VI	必 修	5	3
書面及口頭翻譯的理論和實習	必 修	3	3
書面及口頭翻譯 II：法律語言	必 修	3	3
英語專題 — 聽的能力	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
葡文語言學導論	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
稅務法	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
翻譯原則和技巧：英文 — 中文	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
中國與西方關係簡史	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
中國文化與藝術史	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
比較政治制度	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
四年級			
憲法	必 修	3	3
公共行政政策的制訂	必 修	3	3
葡語 VII	必 修	3	3
葡語 VIII	必 修	3	3
實驗室實習 VII	必 修	0	-
實驗室實習 VIII	必 修	0	-
葡文文學作品 I	必 修	3	3
葡文文學作品 II	必 修	3	3
中國古典文學論題	必 修	3	3
中國現代文學論題	必 修	3	3
書面及口頭翻譯 III：法律語言	必 修	3	3
書面及口頭翻譯 IV：商業及經濟領域用語	必 修	3	3
中文溝通論題	選修 <sup>(*)</sup>	3	3

\*學生應選修兩科。

科 目	形 式	每 週 學 時	學 分
英語專題：講演能力	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
商業法	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
葡國史	選修 <sup>(*)</sup>	3	3
香港和澳門公共財政問題	選修 <sup>(*)</sup>	3	3

\*學生應選修兩科。

### Portaria n.º 273/93/M

de 4 de Outubro

Considerando estar concluída a obra de construção do auto-silo Portas do Cerco;

Considerando estarem reunidos os pressupostos para a definição das regras específicas para a utilização e exploração deste auto-silo, de acordo com o previsto no Regulamento de Utilização e Exploração de Parques de Estacionamento em Auto-Silos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 52/87/M, de 13 de Julho;

Nestes termos;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador manda:

Artigo único. É aprovado o regulamento de utilização e exploração do auto-silo Portas do Cerco, sito no quarteirão HD do Bairro do Hipódromo Norte, que constitui parte integrante da presente portaria.

Governo de Macau, aos 29 de Setembro de 1993.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

### Regulamento de utilização e exploração do silo Portas do Cerco

#### Artigo 1.º

#### (Condições de utilização)

1. O auto-silo situado no quarteirão HD do Bairro do Hipódromo Norte, daqui em diante designado por silo Portas do Cerco, é um parque de estacionamento público, e inclui os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e parte do 5.º andares do edifício, que iremos denominar de «Pak Lai», que confronta a Norte com a Avenida do Hipódromo, a Sul com a Rua da Tribuna, a Este com a Rua da Serenidade e a Oeste com a Estrada dos Cavaleiros.

2. Os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e parte do 5.º andares são destinados a estacionamento público.

3. A parte restante do 5.º andar destina-se a estacionamento privativo.

4. O silo Portas do Cerco tem uma capacidade total de 355 lugares destinados a estacionamento público e 94 lugares para estacionamento privativo, possuindo uma entrada e uma saída comuns.

5. Salvo autorização especial da concessionária, é expressamente proibida a entrada no silo Portas do Cerco a veículos com as seguintes características:

a) Veículos com capacidade superior a 9 passageiros sentados, incluindo o condutor;

b) Veículos com peso bruto superior a 3,5 toneladas;

c) Veículos de duas rodas;

d) Veículos que, pelas suas condições, possam ocasionar perigo a qualquer utilizador ou veículo nele estacionado, nomeadamente por transportarem produtos tóxicos, insalubres ou inflamáveis.

6. Qualquer condutor que pretenda utilizar o silo Portas do Cerco e não se encontre munido do respectivo passe mensal deve adquirir um bilhete de acesso simples no distribuidor automático instalado na entrada.

7. Após ter efectuado o pagamento da tarifa devida pelo respectivo período de estacionamento, na caixa situada no r/c do edifício, deve o condutor retirar o veículo das instalações no prazo máximo de quinze minutos.

#### Artigo 2.º

#### (Tarifas)

1. Para efeito de pagamento da tarifa devida pela utilização do silo Portas do Cerco, passam a vigorar as seguintes modalidades de cobrança:

a) Bilhete simples;

b) Passe mensal;

c) Passe mensal com reserva de lugar.

2. O número de passes mensais e de passes mensais com reserva de lugar a emitir pela concessionária não pode ultrapassar, respectivamente, 40% e 20% da capacidade de estacionamento público do silo Portas do Cerco, ficando um mínimo de 40% da

oferta de lugares de estacionamento reservada a portadores de bilhetes simples.

3. As tarifas devidas pela utilização do silo Portas do Cerco são as seguintes:

Bilhete simples .....	2 patacas/hora
Passe mensal .....	550 patacas
Passe mensal com reserva de lugar .....	1 000 patacas

4. As tarifas previstas no número anterior podem ser revistas por despacho do Governador sob proposta da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, ouvida a concessionária.

#### Artigo 3.º

##### (Identificação e uniforme do pessoal em serviço no silo Portas do Cerco)

O pessoal da concessionária afecto às diversas tarefas de estacionamento, remoção e depósito dos veículos deve usar uniforme próprio e a identificação respectiva, de modelos a aprovar pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes.

#### Artigo 4.º

##### (Remissão)

São subsidiariamente aplicáveis ao presente regulamento as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 52/87/M, de 13 de Julho.

訓 令 第二七三／九三／M 號 十月四日

鑑於關開多層停車場之建築工程已竣工；

鑑於已具備為上述多層停車場訂定使用及經營之特定規則之條件，該特定規則係根據七月十三日第五二／八七／M 號法令核准之《多層停車場之使用及經營規章》而訂定；

基於此；

經聽取諮詢會意見後；

總督行使《澳門組織章程》第十六條第一款 c 項賦予之權能，下令：

獨一條——核准位於馬場北部HD街區之關開多層停車場之使用及經營規章，而該規章成為本訓令之組成部分。

一九九三年九月二十九日於澳門政府

命令公佈

總督 韋奇立

## 關開多層停車場之使用及經營規章

### 第一條 (使用條件)

一、位於馬場北部HD街區之多層停車場係一公眾停車場，以下簡稱為關開多層停車場，設於柏麗花園一、二、三、四字樓及五字樓之部分地面，其北至馬場大馬路，南至看台街，東至永定街，西至騎士馬路。

二、柏麗花園之一、二、三、四字樓，以及五字樓之部分地面作為公眾停車場。

三、五字樓之另一部分地面作為私人停車場。

四、關開多層停車場設有公眾車位355個及私人車位94個，並有一個公用入口及一個公用出口。

五、除取得被特許人特別許可外，明確禁止具下列特徵之車輛進入關開多層停車場：

- a) 包括駕駛員座位在內，超過9座位之車輛；
- b) 總重量超過3.5公噸之車輛；
- c) 雙輪車輛；
- d) 因車輛本身之條件，可對任何使用者或對在該停車場內停泊之車輛產生危險之車輛，尤其是運載有毒、不衛生或易燃物品之車輛。

六、任何有意使用關開多層停車場之駕駛員，如無該停車場月票，應在設於入口處之自動機械裝置處取得普通入場票。

七、於大廈地庫之收費處繳付泊車時間之相應費用後，駕駛員應於十五分鐘內將車輛駛離停車場。

### 第二條 (收費)

一、使用關開多層停車場之收費辦法如下：

- a) 普通票；
- b) 月票；
- c) 專用車位月票。

二、月票及專用車位月票由被特許人發出，其相應數量分別不得超過關開多層停車場公眾車位總數之40%及20%，且最少有40%之車位向普通票持有人開放。

三、使用關開多層停車場之收費如下：

普通票.....	每小時澳門幣2元
月票.....	澳門幣550元
專用車位月票.....	澳門幣1,000元

四、上款所指之收費，得由總督應土地工務運輸司之建議及經聽取被特許人意見後，以批示修正。

**第三條 (關闌多層停車場服務人員之認別及制服)**

執行停泊、移走及存放車輛等不同任務之被特許人之人員，應穿著專有制服及使用有關認別卡，認別卡由土地工務運輸司核准。

**第四條 (準用)**

七月十三日第五二／八七／M 號法令之規定，補充適用於本規章。

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**Rectificação**

Por ter sido publicado com inexactidão o artigo 38.º da Lei n.º 8/93/M no *Boletim Oficial* n.º 32, I Série, de 9 de Agosto, a seguir se procede à sua rectificação com o aditamento do n.º 4:

**Artigo 38.º**

**(Técnicos agregados)**

1. ....
2. ....
3. ....
4. É aplicável aos técnicos agregados o disposto nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo anterior.

Assembleia Legislativa, em Macau, aos 27 de Setembro de 1993. — A Presidente, *Anabela Sales Ritchie*.

**立法會  
更正**

鑑於在八月九日第三十二號政府公報（第一輯）內所刊登的第八／九三／M 號法律第三十八條有遺漏之處，現進行更正，附加第四款：

**第三十八條 (技術顧問)**

- 一、.....
- 二、.....
- 三、.....

四、上條第三，第四及第五款的規定，適用於技術顧問。

一九九三年九月二十七日於立法會

主席 林綺濤

**GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO  
PARA A ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**

**Despacho n.º 21/SAAEJ/93**

O Despacho n.º 16/SAAEJ/91, de 12 de Setembro, publicado no *Boletim Oficial* de Macau n.º 38, de 24 de Setembro de 1991, criou, como experiência pedagógica, o Curso Diurno de Ensino Secundário em Regime Especial.

A experiência adquirida ao longo dos anos lectivos de 1991/1992 e 1992/93, assim como a sua avaliação, determinaram ajustamentos na carga horária semanal que estão mais de acordo com a realidade e características especiais deste curso.

Sob proposta da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de Março de 1967, mandado aplicar ao território de Macau pela Portaria n.º 246/74, de 4 de Março, e nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 11/91/M, de 29 de Agosto;

No uso das competências que me foram delegadas pela alínea e) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 88/91/M, de 20 de Maio, determino:

O mapa anexo ao Despacho n.º 16/SAAEJ/91, de 12 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

**MAPA ANEXO**

Área/disciplinas	Tempos lectivos d)		
	7.º	8.º	9.º
<i>Formação geral</i>			
Português .....	6	6	6
Chinês (dialecto cantonense) .....	4	4	4
História a) .....	3	3	3
Língua Estrangeira b) .....	3	3	3
Matemática .....	3	3	3
Ciências do Ambiente .....	2	2	-
Física e Química .....	-	2	2
Educação Visual .....	2	2	-
Desenho .....	-	-	2
Educação Física .....	2	2	2
Religião e Moral c) .....	1	1	1
Introdução à Economia .....	-	-	2
<i>Formação pré-profissional</i>			
Práticas Administrativas .....	3	2	-
Administração e Comércio .....	-	-	3
Iniciação à Informática .....	2	3	2
<b>Total dos tempos lectivos</b>	<b>31h.</b>	<b>33h.</b>	<b>33h.</b>

a) Esta disciplina integra conteúdos relativos à história local e regional;

b) Inglês;

c) Os encarregados de educação dos candidatos à matrícula ou à sua renovação na disciplina de Religião e Moral ou os

próprios alunos, quando maiores de 16 anos, devem ser elucidados sobre os objectivos gerais desta disciplina de modo a decidirem quanto à sua frequência. Poderão vir a ser consideradas situações de ulterior desistência da frequência na disciplina;

d) Os tempos lectivos têm a duração de 50 minutos.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude, em Macau, aos 28 de Setembro de 1993. —  
O Secretário-Adjunto, *Jorge A. H. Rangel*.



Imprensa Oficial de Macau

澳門政府印刷署

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 14,00

每份價銀十四元正